

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE: INCLUSÃO NA PERSPECTIVA MIDIÁTICA E TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TEACHER EDUCATION FOR DIVERSITY: INCLUSION IN THE MEDIA AND TECHNOLOGICAL PERSPECTIVE IN BASIC EDUCATION

Marlon César SILVA¹

Resumo: as ideias elencadas na tessitura deste artigo corroboram para a promoção de um debate visando apontar antagonismos sobre as perspectivas da atuação docente para a diversidade. Procura-se o entendimento sobre as situações pedagógicas de educandos atendidos no serviço de inclusão e/ou integração inserida em escolas da rede pública de ensino, da educação básica. Ainda no presente ensaio, pretende-se apontar paradigmas inerentes à situação de ensino e aprendizagem midiática e tecnológica nesses ambientes de escolarização, procurando elucidar as possibilidades ali existentes quanto à sua utilização como ferramenta pedagógica facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. Nesse ínterim, segue-se o pressuposto de que os profissionais da educação estejam aptos a todo esse desdobramento de atividades e diversidade, sendo que, nessa perspectiva há engendrada uma preocupante questão: os professores estarão realmente preparados para o atendimento às diferenças, e como conciliar a inserção das mídias no universo de crianças integradas nas escolas de educação básica?

Palavras-chave: Diversidade. Inclusão. Professor. Mídias. Tecnologias.

Abstract: The ideas listed in this article corroborate the promotion of a debate aimed at pointing out antagonisms about the perspectives of the teaching activity for diversity. It seeks to understand the pedagogical situations of learners attended in the regime of inclusion and / or integration inserted in schools of the public school system, of basic education. Still in the present essay, to point out paradigms inherent to the situation of teaching and learning media and technology in these environments of schooling, trying to elucidate the possibilities there as to its use as a pedagogical tool that facilitates the teaching and learning process. In the meantime, the assumption is that education professionals will be able to carry out all this activity and diversity and in this perspective there is a worrying question: teachers will be really prepared to face such diversity, and to reconcile the insertion of the media in the universe of children with special educational needs?

Keywords: Diversity. Inclusion. Teacher. Media. Technologies.

1. Introdução

Tenciona-se sobre a discussão das ideias elencadas neste artigo, trazer à baila do debate, discussão pertinente à questão sobre a formação docente para a diversidade, considerando-se os princípios de inclusão e práticas integracionistas, procurando engendrar no tocante a essa perspectiva, a inserção das mídias e tecnologias nas escolas de educação básica.

Discutir ações de inserção de mídias e tecnologias no contexto de atuação docente que diz respeito ao ensino considerado regular não é mera tarefa, uma vez que existem políticas

¹ Mestrando em Educação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: smarloncesar@gmail.com

locais direcionadas ao uso e aplicação dos equipamentos disponíveis na escola ou mesmo considerando-se aparelhos tecnológicos de uso pessoal.

Se o contexto de atuação docente no ensino regular é complexo, pois, muitas das vezes o profissional é tolhido de sua prática, como considerar o aparato didático metodológico necessário à utilização dos educandos em situação de inclusão como perspectiva de integração a tais tecnologias no atual paradigma?

Muitas das unidades de ensino, contam com salas de recursos, que, dentro das possibilidades se identificam e se reconhecem em suas limitações no que tange à perspectiva que requer adaptações e ou materiais diversificados para o atendimento especializado.

Contudo, incluir e integrar não requer dos espaços educativos um viés de segregação, em que, as limitações parecem se configurar nas próprias ações e situações que esbarrem comportamentos que demonstrem que nem sempre o profissional docente encontra-se preparado para os desafios da diversidade que se impõe como requisito ao respeito e à individualidade e o tratamento necessário aos iguais, como deveria ser.

Nesse contexto, Mantoan (1997, p. 8) atesta que:

Integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de capacidade de adaptação às ações do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém e nada se questiona do sistema em vigor.

O direito à frequência dos alunos público alvo da educação especial (BRASIL, 2008), que se encontrem em situação de atendimento de caráter psicopedagógico, ou que participem de projetos de atendimento que evidenciem a intervenção de caráter pedagógico, muitas das vezes se identificam como diferentes ou excluídos de seu convívio comum de aprendizagem com os outros colegas.

O enfrentamento a essa gama de diversidades deve ser conduzido com a devida aceitação, com a oferta de formação continuada efetiva e transformadora, como perspectiva de produção de uma educação libertária e equânime para a clientela identificada como diferenciada.

Observando-se o poder das mídias nos vários espaços de atuação, principalmente no que diz respeito à rápida inserção dos jovens na apreensão de tais práticas e conhecimentos, pode-se verificar que, a partir da correta utilização e aplicação desses instrumentos nas situações de aprendizagem, podem-se apreender novas possibilidades de aprendizagem e compartilhamento destas em regime de colaboração e interação com grupos de aprendizagem, o que tem sido constatado através de práticas em algumas unidades de ensino das quais conhecemos a realidade.

As mídias ou apreensão da cultura midiática podem contribuir para o desenvolvimento e avanços de potencialidades cognitivas e psicopedagógicas. É legítimo então apontar, acerca dessas intenções que, o ser humano é dotado com certeza de ações conscientes que o direcionam a um determinado fim em si mesmo.

O viés metodológico utilizado para a construção dessas ideias existentes no escopo deste trabalho, realizou-se através de minuciosa revisão de literatura no contexto de investigação das temáticas elencadas no âmbito de estudo deste escrito.

Como aporte à construção textual, considerou-se a leitura e sua revisão em aportes textuais oriundos de áreas afins, em que o debate e a reflexão fossem favoráveis à consolidação de elementos norteadores dos aspectos que abordem às práticas e situações que transitem pela inclusão educacional e ainda nas tecnologias de informação e comunicação, considerando aparato legislativo e ainda outros elementos constitutivos à tessitura das ideias em questão.

2. Formação docente e diversidade

As políticas de formação de professores, bem como a aceleração do acesso à informação, e ainda a vivência da cultura digital, requerem, de certa forma, que os resultados que buscamos enquanto professores em formação, bem como ao profissional que queiramos nos tornar, estejam atrelados à valorização de diferenças enquanto perspectivas de projeção de grandes dimensões.

O fazer docente já não cabe mais apenas no contexto das salas de aulas, em que, a figura do professor, como detentor e mero transmissor de informações, elucidando ao que se denomina de educação bancária na perspectiva de uma visão freireana, configura-se como agente legitimador de uma profícua apreensão da aprendizagem como um processo que seja qualificado como efetivo a prática docente. Percebe-se ao abarcar as ideias aqui pontuadas, o discurso de Freire (1996, p. 12):

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar.

Freire (1996, p. 27) ainda acrescenta que:

É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido.

O mundo contemporâneo, com rápida ascendência ao que se pode denominar de pós-modernidade, projeta suas reais necessidades com o advento das conjunturas da globalização, o neoliberalismo e as novas concepções e paradigmas educacionais. Quanto à esfera proposta pela tendência à globalização:

[...] fenômeno bastante escuro nas mentes, mas percebido como ameaça e exigência inelutável. Na verdade, a própria globalização, isto é, o desenvolvimento de redes transnacionais pelas quais transitam fluxos de mercadorias, serviços, capitais, informações, imagens, etc., até agora surtiu poucos efeitos diretos em países como o Brasil. [...] as mudanças, incluídas aquelas que dizem respeito à escola, decorrem das novas lógicas neoliberais, impondo a sua versão da modernização econômica e social. Essas lógicas são ligadas à globalização, mas, constituem um fenômeno mais amplo. (CHARLOT, 2008, p.20).

Com o advento da aceleração estarrecedora da aquisição dos meios de produção em comunicação das massas, a rápida e instantânea massificação e disseminação de informações na ordem mundial vigente, realiza-se esse encurtamento de fronteiras e distancias, contribuindo para uma sociedade da informação que se sobrepõe à sociedade do conhecimento eticamente produzido em uma perspectiva que contemple boa parcela de comunidades alienadas e estagnadas (**grifos meus**).

Diante destes desdobramentos, parece prevalecer o viés de uma cultura não educativa, mas, de caráter dominante, obedecendo a uma lógica que prima pelo consumo desenfreado e à cultura tendenciosa dos modismos da necessidade de estar em rede e nem sempre ver, mas, ser visto.

A verdade é o que se percebe de imediato, as informações nem sempre são filtradas e ou verificadas, como uma questão até mesmo já discutida e perceptível, uma das grandes mazelas em detrimento dessas ações é o linchamento virtual, que ocorre quase que de forma instantânea. Estamos vivenciando a era da informação digital, da cultura informatizada e do conhecimento tecnológico, movidos, contudo, pela lógica expressiva do capital. O que de acordo com (BORGES, 2009, p. 37):

[...] a globalização está intrinsecamente relacionada à evolução do neoliberalismo; por isso, podemos afirmar que o neoliberalismo é o retrato ou a expressão da globalização em andamento. Na verdade, um dá sustentação ao outro. Atualmente, não se pode pensar no capitalismo – que se expande cada vez mais vorazmente - desvinculado da globalização.

Hodiernamente, faz-se necessário, que o profissional de educação, faça-se inovador, que possa criar e recriar, desenvolver práticas e situações de aprendizagem realmente significativas à realidade do educando.

Na cena educacional vigente, o trabalho arraigado à metodologia de projetos é uma constante cada vez mais abordada no sentido de apreensão da realidade em que se inserem os educandos oriundos da educação básica, conforme observado através de experiências vivenciadas em unidades de ensino lócus objeto de atuação. O letramento midiático e

informacional é uma tendência em potencial nas unidades de ensino das redes públicas em muitas das unidades de ensino do país.

Em algumas regiões, mesmo em escolas isoladas (perfil rural) de acordo com observações realizadas in loco, no que contempla uma perspectiva regional, bem como do contato com as mesmas, que tem todo o aparato e infraestrutura, laboratórios equipados, softwares necessários à utilização das máquinas e suas tecnologias, algumas contando inclusive com softwares lúdicos com jogos de raciocínio lógico diversos, bem como envolvendo atividades de leitura e letramento? Adentrando á análise dessas concepções (PIMENTA e PRATA-LINHARES, 2013, p.801), apontam que:

Como as informações postadas pela mídia podem ser usados diferentes maneiras inclusive como a forma de manipulação, uma questão adquire relevância: como é possível a escola contribuir para que a mídia se torne efetivamente veículo de informação e não de manipulação? Considerando-se a sala de aula como local privilegiado de interação, acredita-se que, ao exercitar a leitura crítica desses meios, a escola pode mais que transmitir e promover a aquisição de conhecimentos, desenvolver a autonomia intelectual de seus alunos. Cumpre notar, entretanto, que a leitura crítica deve ser exercitada sistematicamente, como uma atividade metódica de análise, discussão e síntese.

No entanto, há ainda que se desejar, no sentido de realização pessoal e cultural de um grupo humano; pois, de certa forma, falta ainda à capacitação de recursos humanos para o trabalho nesses vários espaços de apreensão do saber tecnológico e midiático.

O mero contato físico não é capaz de sanar o analfabetismo digital, pois da ausência do material humano como mediador da situação de aprendizagem entre o educando e a máquina, há que se perder pelo caminho, destarte, considerar a velocidade em que se realiza o acesso à informação.

Em algumas situações, como em específico das escolas rurais ou isoladas, a banda larga perpassa pela utopia, sendo que as políticas de velocidade para utilização eficaz no Brasil ainda são um tanto quanto limitadas levando-se em consideração dimensões geográficas, acesso à infraestrutura, bem como à implantação de políticas de popularização e o acesso às tecnologias de informação e comunicação, bem como aos recursos de Tecnologia Assistiva no patamar da educação inclusiva.

Como perspectiva de abarcar o entendimento de vários espaços para aprendizagem, esses, podem ser percebidos como arquiteturas acerca de perspectivas diversas, que podem se materializar como espaços organizados, imersos em criatividade artística, que visa à possibilidade de recepção a toda e qualquer disposição oriunda de atividades humanas. Ao referendar tal questão, (FREITAS, 2015, p. 9) nos pontua que:

Computadores e internet até com o apoio de programas governamentais como Proinfo, Prouca, Lousa digital, etc. têm sido produzidos nas escolas como símbolo de renovação e modernidade, centrando-se na evolução das tecnologias digitais como elemento inovador. Isso é superficial e muito pouco. Só equipar as escolas e laboratórios de informática e acesso à internet não é

garantia de um avanço pedagógico. Também a introdução do uso de tecnologias digitais não pode se dar apenas porque essa é uma demanda da sociedade atual, mas sim porque estes são uteis em si mesmos como meio de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, a subjetividade tem muito a dizer, levando-se em consideração à capacidade de apreensão dessa realidade. Porém, nem toda a realidade é passível de apreensão para todos, em se tratando de questões como a própria subjetividade, que de certa forma, revela o ritmo, o potencial e a desenvoltura de sujeitos (no caso do educando), com o olhar diferenciado para o mundo.

Se o profissional docente desenvolve esse olhar, diferenciado para os seus educandos, desvencilhando-se de uma abordagem individualista e objetiva, o mesmo estará mais bem preparado para enxergar o mundo com um novo olhar, valorizando as experiências de vida no contexto da subjetividade, enaltecendo a real situação de aprendizagem em detrimento de dificuldades quaisquer que possam surgir em um emaranhado de situações no cotidiano.

Nesse sentido, Declaração de Salamanca, figura como instrumento norteador ao elencar princípios, políticas e práticas no âmbito de estudos, que podem estar aliadas ao trabalho com o uso de tecnologias de informações e comunicação como ferramentas para o ensino e aprendizagem na pauta da educação especial inclusiva, (1994, p.1), sugerimos apontar:

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas proveem uma educação afetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Fazer inclusão de fato, não se faz no simples ato de integrar o educando em diversos espaços da escola como um todo. O fazer docente enquanto ator de transformação do processo educacional compreende uma série de complexidades, que, perpassa por matizes diversos enquanto sujeito de referências no contexto de atuação da escola.

O desinteresse dos estudantes em detrimento da evolução no processo de escolaridade se realiza durante a progressão dos mesmos já na segunda etapa do ensino fundamental, em que, uma série de eventos corrobora para com que a evasão se torne cada vez mais um fator agravante. Freire (1996, p. 18), nos sugere uma não divinização tecnológica:

Como manifestação presente a experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente por que a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativa-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender “irracionalismos” decorrentes do ou produzidos por certo excesso de “racionalidade de nosso tempo altamente tecnologicado. E não vai nesta

consideração nenhuma arrancada falsamente humanista de negação da tecnologia e da ciência. Pelo contrário é consideração de quem, de um lado, não diviniza a tecnologia, mas, de outro, não a diaboliza. De que a olha ou mesmo a espreita de forma criticamente curiosa.

Nessa perspectiva, cabe pontuar que as intenções do professorado são pertinentes, sendo que, a reflexão sobre a contrapartida em favor da inclusão dos educandos como um todo, pode direcionar de alguma forma aos resultados pretendidos. Esses podem ser de certa forma, os caminhos a serem percorridos para que o profissional da educação também possa se configurar como um profissional com preparo e formação para a diversidade.

2. Incluir na cultura digital

As leis de inclusão referendam o atendimento de educandos em situações de aprendizagem recorrentes nas salas de aulas e outros espaços utilizados para a aquisição do saber no ensino regular.

Aqui cabe discorrer que, os espaços que se apresentam como formais, podem, de certa forma estar coexistindo como outros espaços que se materializam de forma coletiva, bem como ainda, na produção de conhecimento informal, sendo que, estes se caracterizam como o direcionado às redes sociais.

A escola é um espaço de multiplicação de aprendizagens, do despertar de potencialidades e também da identificação de educandos que carecem de atendimento especializado, contudo, sendo integrados á realidade inerente ao sucesso escolar dos demais educandos inseridos no processo e contexto de aprendizagem. Simplesmente estar inserido em um espaço funcional, com infraestrutura, equipamento didático pedagógico midiático e informacional não é garantia de apreensão de tais habilidades pelo educando de forma subjetiva.

Para além destes desdobramentos, não compete ao professor figurar como um mero mediador ou facilitador da aprendizagem. O sucesso no laboratório de informática, ou mesas pedagógicas (sistema positivo interativo de ensino) somente se fará mediante a real integração entre o mediador, os demais educandos, programas (softwares) adequados à situação de aprendizagem pertinente para o momento de utilização em questão, formatos adaptados às várias realidades e necessidades, de modo que, o planejamento docente possa atingir todos os educandos inseridos em determinado espaço de forma equânime, desconsiderando-se, de certa forma, toda e qualquer forma de estigma, preconceitos ou distinções entre educandos em detrimento do seu nível de aprendizagem.

Quando o planejamento se configura como um instrumento que prevê as necessidades dos educandos, elencando os materiais a serem utilizadas, as atividades relacionadas às abordagens e intervenção pedagógica, bem como os objetivos que se pretende atingir, sejam eles gerais ou específicos, espera-se, de certa forma atingir a todos os educandos

com equidade, ressaltando quaisquer distinções ou limitações de toda sorte, sendo que, a exclusão de um educando não pode ou deve se medir como o sucesso de outrem.

Nessa perspectiva, a inserção do aparato tecnológico, por meio da cultura digital cria possibilidades para a utilização crítica e criativa no uso de infinidade de mídias tecnológicas, no decorrer da prática pedagógica.

O docente atuante como mediador desse processo, configura-se como um agente auxiliador no que diz respeito à trajetória acerca do sucesso produzido na relação de aprendizagem enquanto conscientização sobre o compromisso dos vários sujeitos, no caso os estudantes de forma geral, apreensão da autonomia intelectual.

De acordo com Freire (1987) e Lima (2013) se faz necessário o diálogo como momento de encontro para refletir sobre a realidade e para ressignificação da realidade dos sujeitos envolvidos em grupo de trabalho e, também, do próprio grupo.

Não há, na conjuntura atual, formas de se referendar a não legitimação, bem como a inserção da cultura digital nos espaços sociais, sejam eles inerentes ao paradigma que abarca as famílias tradicionais, ainda nesse contexto outras diversas variáveis como a potencialização sobre o surgimento de várias “tribos”, inclusive os nativos digitais, que, de certa forma, seguem influenciados pela lógica consumista, bem como a ditadura dos sistemas informacionais que ditam que a moda é estar conectado, ideário que pode ser inculcado pela lógica de nossas abstrações e concepções acerca de uma perspectiva crítica desse cenário.

A tendência à lógica consumista abarca uma série de conflitos e desafios, que, perpassam pela alienação, imposta, por uma tendência latente; qual seja o já não tão recente fenômeno da globalização, bem como as tendências neoliberais presentes em todo esse conflituoso e necessário caos tecnológico instaurado na pós-modernidade.

Se o acesso às tendências e paradigmas tecnológicos são um mal necessário, que se sobrepõe a toda e qualquer categoria ou classe social, como pode o profissional docente, estar preparado para lidar com tal diversidade e velocidade na transformação de sua realidade e da realidade que se instaura no espaço da sua sala de aulas?

Os desafios à cultura midiática impõem ao profissional da educação que se faça inovador, que se revele um sujeito que atuam na transformação de sua realidade e de outras realidades inseridas em um universo de contempla múltiplas transformações. Todas essas questões são proposições engendradas às necessidades que se fazem pontuais à atuação docente como proficua à abordagem direcionada ao educando, considerando todos os aspectos inerentes à sua situação de aprendizagem, com ou sem dificuldades, tendo ou não acesso aos recursos e equipamentos, laboratórios e toda a gama de materiais necessários à realização de uma prática efetiva.

O docente, obedecendo a este paradigma, deve se aperfeiçoar, se formar continuamente, capacitar-se, enfim, deve procurar obter e colocar em prática novas ideias. Mas, como inovar diante de novas propostas, equalizadas em um projeto político pedagógico,

fazer acontecer um projeto, sendo que de toda a gama de políticas proponentes à instalação das propostas geram uma questão pertinente: o problema cultural.

Nesse quesito, compreendemos em nossos estudos, que, o sentido de se inovar em educação, corrobora para que possam ser supridas certas necessidades que exijam novas respostas.

Nas palavras de Pimenta (2008) e Zagury (2006) a pouca valorização do conhecimento como bem essencial faz falta às pessoas que buscam inovação, pois, segundo Marcelo (2013, p.30) necessitamos de docentes preparados para a inovação:

La innovación necesita de innovadores. Necesita de personas que se ilusionen, que se identifiquen y se comprometan con un proyecto que introduzca un cambio en sus prácticas habituales. Algunos informes internacionales han venido a centrarse y a destacar el importante papel que el profesorado juega en relación con las posibilidades de aprendizaje de los Estudiantes.

Se então, compreendemos que o mundo conjuga o verbo inovar, e que, incluir educandos para a diversidade e a lógica consumista, bem como se apropriar dessa tendência para a produção de conhecimento, de ensino, de abordagem e intervenção pedagógica como perspectiva de letramento digital, pode ser percebido como uma ferramenta de integração e socialização do conhecimento produzido e também apropriado nos espaços formais de aprendizagem.

Estar em rede, estar conectado é também estar integrado em uma lógica de comportamento tendencioso nesse universo de transformações. Os desafios que se enveredam por toda essa gama de situações e perspectivas causam um enorme impacto sobre as necessidades de inovação também nos currículos, que, sempre carecem de modificações por meio do debate sempre envolvendo o cidadão que se deseja formar.

Todavia, a constituição de um currículo inovador, apenas pontuando nesse espaço de forma breve, requer envolvimento e trabalho, sendo que a construção e consolidação de uma base efetiva se consolidam por meio de um arcabouço que se coloca instaurado em um cenário de intensas forças culturais e políticas, bem como se deve atender a uma demanda que requer tempo e espaço para execução embasada e fundamentada nos interesses das camadas sociais, que, destarte, se apresentam cada vez mais exigentes e esclarecidas. Integrando a questão curricular à utilização da metodologia informacional ou midiática, o currículo deve ser flexível, democrático e inovador.

Diante de tal abordagem, a tendência paradigmática em execução na aplicação da metodologia de projetos, que se apresenta como uma vertente às situações engendradas às práticas docentes, no trabalho dialogado, com a interdisciplinaridade vivenciada de forma natural, incentivando e proporcionando o diálogo.

Para tanto, o profissional docente deve estar preparado para toda e qualquer adversidade, compreendendo o universo da escola como um novo espaço, de potencialização

de situações não só de ensino, mas de troca de novos saberes, novas experiências, do conhecimento empírico, que se faz cada vez mais necessário no contexto de aprendizagem da “era digital”. Sendo assim, nos cabe remeter novamente ao seguinte questionamento: quem sabe algo, realmente sabe ensinar? Nem sempre! Moran (2013, p. 21), nos diz que:

Educar é colaborar para que professores e alunos nas escolas e organizações transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção de sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional – do seu projeto de vida no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornarem-se cidadãos realizados, produtivos e éticos.

Desse ponto de vista, ainda em Charlot (2008, p.25) ensinar é, ao mesmo tempo, mobilizar a atividade dos alunos para que construam saberes e transmitir-lhes um patrimônio de saberes sistematizados legados pelas gerações anteriores de seres humanos.

Aprender para a utilização das mídias e tecnologias em educação para além de políticas ou tendências necessárias às relações de ensino e aprendizagem na perspectiva da prática pedagógica requer, dos usuários de modo geral, nos parece caro, pontuar, que especialmente aos educandos em fase de letramento como função social, intelectual e também agora, necessariamente tecnológica, devem perpassar por um amplo processo de transformação tecnológica e midiática. Esse processo de transformação é latente e potencialmente catalisador de tendências paradigmáticas que se apresentam como tendências profícuas à prática pedagógica. Doravante a essas concepções entendemos que a aprendizagem e o conhecimento transformam. Compreender a aprendizagem como agente de transformação, sendo esta, uma maneira transformadora de ver o mundo no qual estamos inseridos.

O advento de profundas mudanças e transformações no aparato tecnológico e midiático considera a necessidade reveladora de atitudes criativas e inovadoras. A mera adaptação a um novo espaço ou tendência distancia-se da atitude de consciência criativa não produzindo, contudo, aprendizagem significativa. De acordo com Senge (1999), a aprendizagem verdadeira chega ao coração do ser humano, mas, acreditamos também, que ela transforma as pessoas.

Contrariamente, o fazer docente se revela engessado às questões que permeiam espaços políticos, econômicos e simbólicos. Especulativamente, grupos antagonísticos estarão sempre na disputa por representatividade, por conseguinte, o aparato prático-pedagógico, instaurado na perspectiva produtiva das ações inerentes à mídia e educação podem se respaldar à luz da compreensão sobre determinados processos de comunicação, geradores de elementos catalisadores de determinada produção de pesquisa em um campo da ciência.

3. Considerações finais

O advento do século XXI em finais do século passado, já apresentava de forma potencial a primazia sobre o devir de novidades complexas no campo da inovação tecnológica,

perspectiva de futurismo, realidade virtual e outras possibilidades quiçá, surreais ou não a uma boa parcela da população mundial. Especulações quanto à substituição da mão de obra e o conhecimento intelectual do docente poderiam ser substituídos pela máquina, com todo o seu aval na ideia de modernidade e integração ao mundo tecnológico.

As novidades realmente se materializaram com talvez a mesma velocidade da aventura da modernidade durante o período de conquista do novo mundo. Sim, o mundo se transformou e como essas transformações a necessidade de nova visão de mundo, com a urgente necessidade de se inovar a cada dia, com o homem cada vez mais imerso no campo da pesquisa e da ciência, da pesquisa e da busca pela facilidade na vivência do cotidiano.

O profissional docente não foi ainda substituído pelas máquinas e tecnologias midiáticas e informacionais, no entanto, o atual contexto, conjuntura ou paradigmas que se apresentam à estrutura de funcionamento e atuação dos sujeitos na pós-modernidade, almejam o abarcamento de novos olhares, integração e inserção em tendências e novas possibilidades encampadas pelo desejo de inovação.

O profissional da docência é hoje um “protagonista” de uma tendência contraditória. A contradição imposta por uma política educacional alienante e atrelada à política neoliberal e tendenciosa, que colabora para com a sujeição sistemática dos profissionais a esse sistema complexo e engessado (grifos meus).

Certamente, para que um educador também possa ser um agente formador de opiniões, de transformações enquanto sujeito de compartilhamento de informações e colaborador no sucesso da cena de ensino e aprendizagem, também, com certeza será um profissional preparado para o desafio em lidar com a diversidade e possíveis adversidades.

Poder-se-á então, defrontando-se com situações em que o processo de aprendizagem não realize seu papel, enquanto relação entre docente e discente, possa, o mesmo dispor dos elementos norteadores a esse emaranhado de situações engendradas ao universo escolar, podendo elencar defasagens de aprendizagem, atraso escolar, educandos com reais necessidades especiais, mas, que, com abordagem e estratégias realizadas de forma a respeitar e tratar com equidade estes, o trabalho de integração aos espaços de aprendizagem se realizará de forma natural e espontânea.

Incluir para a vida e a aprendizagem não parece se consolidar pela mera exposição física e proximidade dos sujeitos considerados como clientela da educação especial. Isso significa realmente participar, compartilhar, socializar, acreditar e integrar. Portanto, esse profissional da diversidade conta, com elementos e recursos diversos ao inovar e ser criativo no processo de integração de seus pares no rol de compartilhamento de conhecimentos, saberes e novidades fervilhantes deste início de século. A inovação pode ser o grande diferencial do profissional da diversidade.

Sobre inovação e criatividade, nos diz Travers (2009, p.14): para ser inovador há uma exigência não só de criatividade e tomada de riscos, mas, também de componentes como avaliação e melhorias. Não obstante a essa gama de exigências,

[..] o professor sofre os efeitos de uma contradição radical da sociedade capitalista contemporânea. Por um lado, esta precisa de trabalhadores cada vez mais reflexivos, criativos, responsáveis, autônomos – e, também, de consumidores cada vez mais informados e críticos. Por outro lado, porém, ela promove uma concorrência generalizada, em todas as áreas da vida, trate-se de produção, de serviço, de lazer e até de beleza. Sendo assim, uma formação cada vez mais ambiciosa é proposta a alunos visando cada vez mais à nota e não ao saber. (CHARLOT, 2008, p.21).

Por fim, em meio a esse emaranhado de questões e situações que transitam pelo universo da inclusão, diversidade, cultura midiática e tecnologias, percebe-se a necessidade de nos integrarmos em favor de um processo educacional profícuo e de qualidade a todos sem distinção ou distanciamentos favoráveis à equidade. Não é um discurso inovador ou que também revele um retrocesso, porém, nos parece pertinente vivenciar uma utopia, quiçá, transitória ou mesmo arraigada a um viés de crença em melhores tempos, em um tempo de incertezas, de desafios, imersos na lógica do consumismo desenfreado.

4. Referências

- ALONSO, K. M. *Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas*. Educ. Soc. [online]. 2008, vol. 29, n.104, p. 747-768.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- BORGES, Maria Célia. *NEOLIBERALISMO. Políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade*. São Paulo: Paulus, 2009. (Pedagogia e Educação)
- CHARLOT. Bernard. *O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição*. Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, jul./dez. 2008.
- Declaração de Salamanca*. _____. 1994
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 1996. Ano de digitalização: 2002. Disponível em: www.sabotagem.revolt.org.
- FREIRE, Paulo. P.& Shor I. *Medo e Ousadia. O cotidiano do professor*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.
- FREITAS, Maria Tereza de Assunção. *Tecnologias digitais: cognição e aprendizagem*. 37ª Reunião Nacional ANPEd. UFSC - Florianópolis. 04 a 08 de outubro de 2015.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003. (Cotidiano Escolar).

MARCELO, Carlos. *Las tecnologías para la innovación y la práctica docente*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, mar. 2013.

MARCILIO, Maria Tereza; SAMIA, Monica. *Ensinar para a compreensão e os múltiplos caminhos para a aprendizagem*. Revista Pátio n. 38/maio a julho 2006.

MORAN, José. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Os desafios de educar com qualidade*. Papiros, 21ª ed. 2013.

PIMENTA, M.A.A.; PRATA-LINHARES, Martha M. *Conhecimento e Consumo: desafios para a educação na era da cultura midiática*. Revista e-Curriculum (PUCSP), v. 11, p. 794-812, 2013.

Recebido em: 14 de fevereiro de 2018

Modificado em: 17 de junho de 2019

Aceito em: 11 de julho de 2019

